

No tocante ao Art. 134 do PDE que institui os PIUs e, em seu *parágrafo 5º* relaciona os instrumentos urbanísticos que poderão ser utilizados para implementá-lo, mais adiante, no Art. 144 Subseção III - *Da Concessão Urbanística*, que dispõe “com base em autorização legislativa específica, poderá ser realizada concessão para implantar Projeto de Intervenção Urbana elaborado pelo Poder Público, consideradas as diretrizes do Plano Diretor Estratégico” e seguindo, ao *parágrafo 7º* que determina “deverá ser constituído Conselho Gestor próprio, paritário, com representantes do Poder Público e da sociedade civil para controle social e acompanhamento contínuo de cada concessão urbanística”... considerando diversas concessões urbanísticas municipais, que possuem PIU, como Anhembi, Pacaembu, Anhangabaú, entre outras, mesmo em se tratando de cessão de uso do solo, não foram criados os Conselhos Gestores das AIUs, nem sequer Conselhos Gestores da Concessão expressos em Lei, portanto, a exceção da AEL (área de estruturação local) que estão vinculadas ao planos regionais, todos os demais instrumentos urbanísticos: Concessão Urbanística, AIU ou Operação Urbana, devem contê-los, **a proposta é que seja definido o órgão responsável pela implantação e execução das atribuições destes Conselhos Gestores e da mesma forma haja previsão de prazo legal para tanto**, ou seja nesses anos o que faltou, no meu entendimento, que o PDE fosse aplicado, visto que há no próprio PDE um *Título* inteiramente dedicado a GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, amplamente qualificada como por exemplo nos objetivos estratégicos: *Título I, Capítulo II, art. 7º e inciso XV “fortalecer uma gestão urbana integrada, descentralizada e participativa”,* e mais adiante detalhadamente no *Título I, Capítulo II, art. 5º e parágrafo 7º “Gestão Democrática é a garantia da participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”,* sendo um dos objetivos a serem resguardados, e em consonância a demais legislações vigentes que tratam do mesmo direito.